

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos, Defensoria Pública e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – Sicoob Judiciário
Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Judiciário, Ministério Público, Ensino Superior e dos Advogados Públicos, Defensoria Pública e Delegados da Polícia Federal no Distrito Federal – Sicoob Judiciário, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Judiciário em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2019.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
 MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORIA PÚBLICA E
 DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF

CNPJ: 37.076.205/0001-60

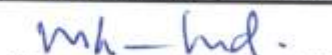
NIRE: 5340000185-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO CIRCULANTE		47.999.719,16	51.980.858,12
Disponibilidades		1.175.755,86	1.134.031,01
Caixa		1.147.288,06	915.029,30
Depósitos Bancários		28.467,80	219.001,71
Relações Interfinanceira	04	27.452.253,36	32.644.527,13
Centralização Financeira		27.452.253,36	32.644.527,13
Operações de Crédito	05	18.639.980,97	17.486.411,96
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos		19.245.357,04	18.115.234,11
(-) Provisão para operações de crédito		(605.376,07)	(628.822,15)
Outros Créditos	06	666.098,25	670.782,11
Avais e Fianças Honrados		64.833,71	73.167,93
Rendas a receber		166.025,90	206.170,09
Diversos		496.429,32	450.820,31
(-) Provisão para Outros Créditos		(61.190,68)	(59.376,22)
Outros Valores e Bens	07	65.630,72	45.105,91
Almoxarifado		2.364,95	760,91
Despesas Antecipadas		63.265,77	44.345,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE		55.828.994,05	43.929.418,87
Realizável a Longo Prazo		41.866.779,79	32.027.040,86
Operações de Crédito	05	41.866.779,79	32.027.040,86
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos		42.470.721,14	32.689.238,43
(-) Provisão para operações de crédito		(603.941,35)	(662.197,57)
Investimentos	08	11.169.349,50	8.745.907,82
Sicoob Planalto Central		11.164.397,01	8.740.955,33
Bancoob		4.952,49	4.952,49
Imobilizado	09	2.770.972,97	3.091.714,31
Imobilizações de uso		4.368.917,22	4.203.566,33
(-) Depreciação acumulada		(1.597.944,25)	(1.111.852,02)
Intangível	10	21.891,79	64.755,88
Ativos Intangíveis		243.752,61	243.752,61
(-) Amortização acumulada		(221.860,82)	(178.996,73)
TOTAL DO ATIVO		103.828.713,21	95.910.276,99


 Miguel Ferreira de Oliveira
 Diretor Presidente


 Marcos Degrazia Campedelli
 Diretor Financeiro


 Jorge Luiz Moreira
 Contador CRC DF 7.534



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO,
 MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORIA PÚBLICA E
 DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL


SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF

CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE: 5340000185-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO		NOTA	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO CIRCULANTE			82.926.614,28	79.315.171,21
Depósitos	11	67.116.673,35	64.485.588,99	
Depósitos à Vista		8.205.606,32	7.578.178,19	
Depósitos a Prazo		58.911.067,03	56.907.410,80	
Obrigações por empréstimos	12	14.129.119,15	13.601.899,31	
Empréstimos no País - Sicoob Planalto Central		14.129.119,15	13.601.899,31	
Outras Obrigações	13	1.680.821,78	1.227.682,91	
Cobrança e Arrecadação de Tributos		17.433,24	9.999,11	
Sociais e Estatutárias		246.803,73	156.856,72	
Fiscais e Previdenciárias		214.387,29	159.740,13	
Diversas		1.202.197,52	901.086,95	
PATRIMÔNIO LIQUIDO		15	20.902.098,93	16.595.105,78
Capital Social		16.362.257,03	14.961.641,87	
Cotas-Pais		16.561.752,45	15.090.368,46	
(-) Capital a Realizar		(199.495,42)	(128.726,59)	
Reservas		4.608.710,72	1.821.757,36	
Reserva Legal		4.608.710,72	1.821.757,36	
Sobras ou Perdas Acumuladas		(68.868,82)	(188.293,45)	
Sobras ou Perdas do Exercício		2.211.977,24	2.315.773,66	
Perdas de incorporação da Uniasacred		(2.280.846,06)	(2.504.067,11)	
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO			103.828.713,21	95.910.276,99


 Miguel Ferreira de Oliveira
 Diretor Presidente


 Marcos Degrazia Campedelli
 Diretor Financeiro


 Jorge Luiz Moreira
 Contador CRC DF 7.534



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS, DEFENSORIA PUBLICA E DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF


CNPJ: 37.076.205/0001-60

NIRE: 5340000185-7

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2018
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em Reais)

Descrição	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da Intermediação Financeira			
Operações de Crédito (Nota 16)	7.283.757,12	14.006.276,36	13.131.549,03
	7.283.757,12	14.006.276,36	13.131.549,03
Despesas da Intermediação Financeira			
Operações de Captação no Mercado (nota 11b)	(2.985.934,57)	(5.844.444,60)	(6.833.955,10)
Operações de empréstimos/ repasses	(2.268.027,21)	(4.568.309,73)	(4.939.862,14)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(453.331,40)	(867.127,52)	(1.186.474,16)
	(264.575,96)	(409.007,35)	(707.618,80)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	4.297.822,55	8.161.831,76	6.297.593,93
Outras Receitas/Despesas Operacionais			
Receitas Prestação de Serviços	(3.012.060,43)	(4.056.081,35)	(3.536.586,50)
Receitas Prestação de Serviços atos não cooperativos	130.651,40	299.155,20	243.157,67
Rendas de Tarifas Bancárias	613.611,15	983.496,61	280.157,19
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	331.022,73	626.525,83	654.829,10
Despesas de Pessoal (Nota 18)	1.841.831,61	4.821.696,76	4.354.097,38
Outras Despesas Administrativas (Nota 19)	(3.079.369,74)	(5.702.455,92)	(4.620.167,42)
Despesas Tributárias	(2.519.375,64)	(4.787.950,18)	(4.066.752,34)
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(77.745,34)	(143.385,93)	(64.632,01)
	(52.686,60)	(153.163,72)	(317.276,07)
Resultado Operacional	1.285.762,12	4.105.750,41	2.761.007,43
Resultado não Operacional (Nota 21)	(5.829,95)	20.160,90	(14.453,25)
Resultado Antes Tributação do Lucro e Participações	1.279.932,17	4.125.911,31	2.746.554,18
Imp. de Renda e Contribuição Social	(56.218,36)	(104.134,51)	(22.114,58)
Sobras ou Perdas Líquidas Antes das Distribuições Estatutárias	1.223.713,81	4.021.776,80	2.724.439,60
Participações Estatutárias (Fates/Reserva Legal)	-	(1.809.799,56)	(408.665,94)
Sobras ou Perdas Líquidas Após as Distribuições Estatutárias	1.223.713,81	2.211.977,24	2.315.773,66


Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente


Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro


Jorge Luiz Moreira
Contador-CRC DF 7.534




COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PUBLICOS, DEFENSORIA PUBLICA E DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul, Brasília/DF
CNPJ: 37.076.205/0001-60

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Valores expressos em Reais)

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	FUNDO DE RESERVA	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
SALDOS EM 01/JAN/2017	11.319.154,15	1.349.313,40	898.177,38	13.566.644,93
Aumento/Baixa de Capital	870.143,33	-	-	870.143,33
Implantação de saldos por Incorporação - UNIASACRED	2.769.951,61	-	(2.508.186,15)	261.765,46
Recuperação de Perdas - UNIASACRED	-	-	4.119,04	4.119,04
Incorporação de sobras ao capital conforme AGO-2017	2.392,78	-	(2.392,78)	-
Distribuição de Sobras aos associados conforme AGO-2017	-	-	(597.607,22)	(597.607,22)
Destinações de Sobras para Fates conforme AGO-2017	-	-	(98.177,38)	(98.177,38)
Destinações de Sobras p/ Fundo de Reserva conforme AGO-2017	-	200.000,00	(200.000,00)	-
Sobras do exercício	-	-	2.724.439,60	2.724.439,60
Destinações	-	-	-	-
- Fundo de Reserva	-	272.443,96	(272.443,96)	-
- Fates	-	-	(136.221,98)	(136.221,98)
SALDOS EM 31/DEZ/2017	14.961.641,87	1.821.757,36	(188.293,45)	16.595.105,78
Mutações do Exercício	3.642.487,72	472.443,96	(1.086.470,83)	3.028.460,85
SALDOS EM 01/JAN/2018	14.961.641,87	1.821.757,36	(188.293,45)	16.595.105,78
Aumento/Baixa de Capital	1.395.212,38	-	-	1.395.212,38
Destinação das Sobras para o Fundo de Reserva conforme AGO-2018	-	1.178.242,64	(1.178.242,64)	-
Destinação das Sobras para o FATES conforme AGO-2018	-	-	(137.531,02)	(137.531,02)
Distribuição de Sobras aos associados conforme AGO-2018	5.402,78	-	(825.021,25)	(819.618,47)
Recuperação de Perdas - UNIASACRED	-	-	48.242,29	48.242,29
Sobras do exercício	-	-	4.021.776,81	4.021.776,81
Destinações	-	-	-	-
- Fundo de Reserva	-	1.608.710,72	(1.608.710,72)	-
- Fates	-	-	(201.088,84)	(201.088,84)
SALDOS EM 31/DEZ/2018	16.362.257,03	4.608.710,72	(68.868,82)	20.902.098,93
Mutações do Exercício	1.400.615,16	2.786.953,36	119.424,63	4.306.993,15


Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente


Jorge Luiz Moreira
Contador CRC DF 7.534


Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro




COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIARIO,
 MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORIA
 PÚBLICA E DELEGADOS DA POLICIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL
 SHC/Sul EQ 102/103, Bloco A, Loja 200, Condomínio Cine Centro São Francisco, Asa Sul,
 Brasília/DF

CNPJ: 37.076.205/0001-60 NIRE 5340000185-7


DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	4.125.911,31	2.746.554,18
Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)	974.733,39	1.052.326,38
Despesas de depreciação e amortização	565.726,04	344.707,58
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	409.007,35	707.618,80
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(8.093.777,31)	18.929.859,38
Operações de crédito	(11.402.315,29)	(13.813.531,11)
Outros créditos	4.683,86	(123.679,38)
Outros valores e bens	(2.365,60)	(16.535,31)
Depósitos	2.631.084,36	34.425.475,82
Obrigações por empréstimos e repasses	527.219,84	(1.727.768,50)
Outras obrigações	252.050,03	208.012,44
Imposto de renda e contribuição social pagos	(104.134,51)	(22.114,58)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.993.132,61)	22.728.739,94
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Alienação de Imobilizado	48.083,48	
Aquisição de investimentos	(2.423.441,68)	(1.386.486,00)
Transferencia de investimento - incorporação Uniasacred		(92.970,78)
Aquisição de imobilizado de uso	(250.204,09)	(1.981.038,57)
Transferencia de imobilizado de uso e intangível - incorporação Uniasacred		(181.333,92)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.625.562,29)	(3.641.829,27)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento/(redução) de capital	1.400.615,16	870.143,33
Capital proveniente da incorporação da Uniasacred		2.769.951,61
Distribuição de sobras aos associados	(932.469,18)	(597.607,22)
Perdas proveniente de incorporação da Uniasacred		(2.504.067,11)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	468.145,98	538.420,61
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	(5.150.548,92)	19.625.331,28
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.778.558,14	14.153.226,86
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 3.c)	28.628.009,22	33.778.558,14
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(5.150.548,92)	19.625.331,28


 Miguel Ferreira de Oliveira
 Diretor Presidente


 Marcos Degrazia Campedelli
 Diretor Financeiro


 Jorge Luiz Moreira
 Contador CRC DF 7.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORIA PÚBLICA E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2018 E 31/12/2017

(Em Reais)

1. Contexto Operacional

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO, ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL – SICOOB JUDICIÁRIO é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 26/11/1991, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA – SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB JUDICIÁRIO** possui 7 Postos de Atendimento (PA's) nas seguintes localidades: **BRASÍLIA - DF, NATAL – RN e JOÃO PESSOA – PB.**

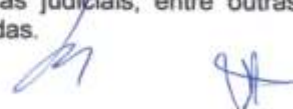
O **SICOOB JUDICIÁRIO** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 23/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.



Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	1.175.755,86	1.134.031,01
Relações interfinanceiras - centralização financeira	27.452.253,36	32.644.527,13
TOTAL	28.628.009,22	33.778.558,14

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "Pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"Pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de

recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, os quais a Cooperativa tenha a obrigação de cumprir.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme Art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Relações interfinanceiras

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, os saldos em Relações Interfinanceiras estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	27.452.253,36	32.644.527,13
TOTAL	27.452.253,36	32.644.527,13

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, conforme previsto no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	3.895,45	-	3.895,45	46.886,40
Empréstimos	19.184.543,51	42.468.009,99	61.652.553,50	50.311.518,31
Títulos Descontados	17.856,59	-	17.856,59	180.828,51
Financiamentos	39.061,49	2.711,15	41.772,64	265.239,32
(-) Provisões para Operações de Crédito	(605.376,07)	(603.941,35)	(1.209.317,42)	(1.291.019,72)
TOTAL	18.639.980,97	41.866.779,79	60.506.760,76	49.513.452,82

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	13.146.373,89	-	-	13.146.373,89	-	12.959.104,86	-
A 0,5% Normal	29.127.897,34	63.982,68	-	29.191.880,02	(145.959,47)	24.613.564,68	(123.067,82)
B 1% Normal	8.468.100,44	425.588,54	16.435,78	8.910.124,76	(89.101,25)	6.039.222,87	(60.392,23)
B 1% Vencidas	68.615,02	-	11.619,93	80.234,95	(802,35)	172.483,76	(1.724,84)
C 3% Normal	7.009.746,51	213.765,86	8.666,26	7.232.178,63	(216.965,46)	4.413.602,00	(132.408,06)
C 3% Vencidas	373.829,38	2.309,01	-	376.138,39	(11.284,16)	193.615,53	(5.808,47)
D 10% Normal	1.735.817,57	83.050,20	5.050,67	1.823.918,44	(182.391,84)	1.072.369,63	(107.236,96)
D 10% Vencidas	167.827,36	-	-	167.827,36	(16.784,74)	61.957,06	(6.195,71)
E 30% Normal	135.174,79	9.286,04	-	144.460,83	(43.338,27)	317.385,10	(95.215,53)
E 30% Vencidas	44.423,26	3.859,65	-	48.282,91	(14.484,88)	102.928,51	(30.878,55)
F 50% Normal	152.115,05	3.183,32	-	155.298,37	(77.649,19)	152.013,73	(76.006,87)
F 50% Vencidas	15.014,41	-	-	15.014,41	(7.507,21)	64.790,55	(32.395,28)
G 70% Normal	6.942,25	-	-	6.942,25	(4.859,58)	1.308,42	(915,89)
G 70% Vencidas	64.008,84	31,05	-	64.039,89	(44.827,94)	71.175,57	(49.822,90)
H 100% Normal	198.256,82	3.763,90	-	202.020,72	(202.020,72)	284.910,21	(284.910,21)
H 100% Vencidas	142.946,61	8.395,75	-	151.342,36	(151.342,36)	284.040,06	(284.040,06)
Total Normal	59.980.424,66	802.620,54	30.152,71	60.813.197,91	(962.285,78)	49.853.481,50	(880.153,77)
Total Vencidos	876.664,88	14.595,46	11.619,93	902.880,27	(247.031,64)	950.991,04	(410.865,95)
Total Geral	60.857.089,54	817.216,00	41.772,64	61.716.078,18	(1.209.317,42)	50.804.472,54	(1.291.019,72)
Provisões	(1.171.191,99)	(37.079,83)	(1.045,60)	(1.209.317,42)		(1.291.019,72)	
Total Líquido	59.685.897,55	780.136,17	40.727,04	60.506.760,76		49.513.452,82	

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	6.579.716,10	11.791.506,86	42.468.009,99	60.839.232,95
Financiamentos	15.916,50	23.144,99	2.711,15	41.772,64
Conta Corrente	695.559,83	121.656,17	-	817.216,00
TOTAL	7.291.192,43	11.936.308,02	42.470.721,14	61.698.221,59

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	119,93	17.384,22	-	17.504,15	0%
Setor Privado - Serviços	188.391,07	1.586.157,10	17.856,59	1.772.404,76	3%
Pessoa Física	605.705,33	58.809.041,97	-	59.414.747,30	96%
Outros	22.999,67	488.422,30	-	511.421,97	1%
TOTAL	817.216,00	60.881.005,59	17.856,59	61.716.078,18	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	1.291.019,72	1.163.045,27
Transferência para Prejuízo	(438.253,24)	(1.459.060,30)
Provisão oriunda de incorporação da Uniasacred	-	946.596,66
Constituições	356.550,94	640.438,09
Total	1.209.317,42	1.291.019,72

f) Movimentação dos créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	5.408.561,27	4.405.734,02
Transferência para Prejuízo	458.253,24	1.459.060,30
Recuperação de Prejuízo	(509.139,06)	(456.233,05)
Total	5.357.675,45	5.408.561,27

g) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	810.662,58	1,00%	756.457,57	1,00%
10 Maiores Devedores	4.805.322,14	8,00%	4.273.063,66	8,00%
50 Maiores Devedores	13.474.368,87	22,00%	11.231.349,98	22,00%

h) Operações renegociadas:

Durante o exercício de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 15.315.384,47, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honrados	64.833,71	73.167,93
Rendas a Receber	166.025,90	206.170,09
Diversos	496.429,32	450.820,31
(-) Provisões para Outros Créditos	(61.190,68)	(59.376,22)
TOTAL	666.098,25	670.782,11

Em Diversos os principais valores referem-se a depósitos judiciais: PIS (R\$ 153.628,63) e COFINS (R\$ 232.689,25).

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E 30% Vencidas	-	-	-	14.432,99	(4.329,92)
F 50% Vencidas	7.286,08	7.286,08	(3.643,05)	6.193,10	(3.096,55)
G 70% Vencidas	-	-	-	1.973,65	(1.381,56)
H 100% Vencidas	57.547,63	57.547,63	(57.547,63)	50.568,19	(50.568,19)
Total Vencidos	64.833,71	64.833,71	(61.190,68)	73.167,93	(59.376,22)
Total Geral	64.833,71	64.833,71	(61.190,68)	73.167,93	(59.376,22)
Provisões	(61.190,68)	(61.190,68)		(59.376,22)	
Total Líquido	3.643,03	3.643,03		13.791,71	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Material em estoque	2.364,95	760,91
Despesas antecipadas	63.265,77	44.345,00
Total	65.630,72	45.105,91

As despesas antecipadas referem-se a auxílio alimentação e ao auxílio transporte.

8. Investimentos

O saldo em 2018 é representado principalmente por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
SICOOB PLANALTO CENTRAL	11.164.397,01	8.740.955,33
BANCOOB	4.952,49	4.952,49
TOTAL	11.169.349,50	8.745.907,82

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	712.950,00	
Edificações	712.950,00	-	4%
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações	(26.220,72)	-	
Instalações	1.632.543,34	1.592.744,39	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(544.740,20)	(250.892,21)	
Móveis e equipamentos de Uso	1.362.805,61	1.339.883,91	10%
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(657.959,38)	(526.947,20)	
Sistema de Comunicação	60.414,97	57.424,77	20%
Sistema de Processamento de Dados	458.437,70	393.092,86	10%
Sistema de Segurança	26.115,60	22.617,20	10%
Sistema de Transporte	115.650,00	84.853,20	20%
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso	(369.023,95)	(334.012,61)	
TOTAL	2.770.972,97	3.091.714,31	

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	243.752,61	243.752,61
(-) Amortização acumulada de ativos intangíveis	(221.860,82)	(178.996,73)
Total	21.891,79	64.755,88

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquiridas da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação.

11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis", já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	8.205.606,32	7.578.178,19
Depósito Sob Aviso	44.197,73	89.227,43
Depósito a Prazo	58.866.869,30	56.818.183,37
TOTAL	67.116.673,35	64.485.588,99

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	17.609.063,98	26,00%	17.395.105,46	27,00%
10 Maiores Depositantes	37.451.438,74	56,00%	38.577.801,61	60,00%
50 Maiores Depositantes	51.256.062,72	77,00%	50.607.007,75	79,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(4.089,82)	(7.598,59)
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.446.723,82)	(4.847.450,53)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(117.496,09)	(84.813,02)
TOTAL	(4.568.309,73)	(4.939.862,14)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e capital de giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
SICOOB PLANALTO CENTRAL	14.129.119,15	13.601.899,31

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	17.433,24	9.999,11
Sociais e Estatutárias	246.803,73	156.856,72
Fiscais e Previdenciárias	214.387,29	159.740,13
Diversas	1.202.197,52	901.086,95
TOTAL	1.680.821,78	1.227.682,91

13.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Fates - Resultado de atos com associados	201.088,84	136.221,98
Cotas de capital a pagar	45.714,89	20.634,74
Total	246.803,73	156.856,72

O Fates é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

13.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	19.470,38	4.783,52
Impostos e contribuições a recolher	194.916,91	154.956,61
Total	214.387,29	159.740,13

13.3. Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.104,48	766,50
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	13.003,25	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	660.329,71	585.844,84
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	52.735,66	40.095,31
Credores Diversos – País (c)	474.024,42	274.380,30
TOTAL	1.202.197,52	901.086,95

- a) A provisão para pagamentos a efetuar está composta, basicamente, por despesas de pessoal (R\$ 419.280,81) e seguros (R\$ 150.766,07).
- b) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 3.898.416,08 (R\$ 3.724.412,30 em 31 de dezembro de 2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.
- c) Em Credores diversos o saldo está composto, basicamente, por pendências a regularizar (R\$ 40.982,88), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 278.630,12), despesas do SICOOB PLANALTO CENTRAL (R\$ 76.583,43) e saldos credores – encerramento conta corrente (R\$ 74.347,51).

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB JUDICIÁRIO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	16.362.257,03	14.961.641,87
Quantidade de Associados	4.585	4.080

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Descrição	2018	2017
Sobras do 1º Semestre	2.798.062,99	1.175.960,35
Sobras do 2º Semestre	1.223.713,81	1.548.479,25
Sobras brutas do exercício	4.021.776,80	2.724.439,60
Fates do resultado de atos não cooperativo	-	-
Fates do resultado de atos cooperativo	(201.088,84)	(136.221,98)
Fundo de Reserva	(1.608.710,72)	(272.443,96)
Sobras Líquidas do Exercício	2.211.977,24	2.315.773,66
Perdas de incorporação da Uniasacred	(2.280.846,06)	(2.504.067,11)
Sobras/Perdas Líquidas	(68.868,82)	(188.293,45)

d) Perdas Acumuladas – Incorporação – Sicoob Uniasacred

No processo de incorporação do Sicoob Uniasacred, pelo Sicoob Judiciário, conforme deliberado em assembleia geral conjunta, as perdas da Uniasacred, no montante de R\$ 2.508.186,15, foram rateadas entre os associados da incorporada, para serem compensadas com sobras de exercícios seguintes.

Descrição	2018	2017
Perdas de incorporação da Uniasacred - 2017	(2.504.067,11)	(2.508.186,15)
Recebimento do rateio de perdas	48.242,29	4.119,04
Absorção de perdas rateadas com sobras de 2018	174.978,76	-
Perdas - Saldo Remanescente	(2.280.846,06)	(2.504.067,11)

16. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	36.888,14	23.143,16
Rendas de Empréstimos	13.437.400,06	12.538.791,73
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	27.528,05	33.944,24
Rendas de Financiamentos	30.338,94	67.613,93
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	474.121,17	468.055,97
TOTAL	14.006.276,36	13.131.549,03

17. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	501.403,55	976.495,72
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.735.147,12	2.671.800,51
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	7.862,77	9.146,98
Atualização de Depósitos Judiciais	10.817,50	16.520,96
Rendas Juros Cartão de Crédito	393.175,00	92.121,51
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	27.249,59	5.172,43
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	6.732,74	11.639,39
Crédito Receita Sipag - Antecipação	63.963,25	61.397,95
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	86.112,27	12.943,92
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	55.099,58	7.688,40
Outras Rendas Operacionais	934.133,39	489.169,61
TOTAL	4.821.696,76	4.354.097,38

18. Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(133.906,00)	(111.618,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(838.369,75)	(620.793,79)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(1.072.511,66)	(836.135,08)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.059.379,17)	(865.626,51)
Despesas de Pessoal - Proventos	(2.571.413,72)	(2.177.119,32)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(16.341,14)	(528,05)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(10.532,48)	(8.346,67)
TOTAL	(5.702.455,92)	(4.620.167,42)

19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(29.638,40)	(24.295,02)
Despesas de Aluguéis	(132.135,39)	(76.285,73)
Despesas de Comunicações	(297.776,00)	(247.398,71)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(30.739,29)	(39.303,23)
Despesas de Material	(43.010,37)	(38.397,87)
Despesas de Processamento de Dados	(258.020,52)	(297.409,69)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(209.108,45)	(159.182,83)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(68.528,80)	(31.700,18)
Despesas de Publicações	(3.795,12)	(3.222,48)
Despesas de Seguros	(35.139,63)	(11.459,92)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(725.370,23)	(693.849,21)
Despesas de Serviços de Terceiros	(180.949,41)	(165.244,46)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(313.852,78)	(197.308,38)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(352.306,56)	(418.974,61)
Despesas de Transporte	(103.849,58)	(77.098,96)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	(1.200,00)
Despesas de Viagem no País	(91.683,90)	(87.909,24)
Outras Despesas Administrativas	(367.312,41)	(292.379,72)
Despesas de Amortização	(42.864,09)	(42.178,89)
Despesas de Depreciação	(522.861,95)	(302.528,69)
Emolumentos judiciais e cartorários	(29.072,89)	(20.940,48)
Contribuição a OCE	(3.408,72)	(3.339,60)
Rateio de despesas da Central	(882.780,53)	(769.889,61)
Rateio de despesa do sicoob conf.	(63.745,16)	(65.254,83)
TOTAL	(4.787.950,18)	(4.066.752,34)

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(35.114,84)	(142.729,52)
Despesas de Descontos Concedidos	(32.447,83)	(96.573,61)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(49.509,00)	(34.241,50)
Contribuições ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	(565,04)	(1.370,62)
Contribuições ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	(289,20)	(740,15)
Outras Despesas Operacionais	(13.014,48)	(21.141,97)
Garantias Financeiras Prestadas	(20.503,12)	(20.478,70)
Contingências	(1.720,21)	0,00
TOTAL	(153.163,72)	(317.276,07)

21. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	29.364,42	19.587,96
(-) Perdas de Capital	(4.592,02)	(34.041,21)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(4.611,50)	-
Resultado Líquido	20.160,90	(14.453,25)

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	3.411.833,36	4,79%	23.213,45
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.590.795,18	2,23%	23.084,77
TOTAL	5.002.628,54	7,03%	46.298,22
Montante das Operações Passivas	262.683,62	0,45%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	8.588,05	758,18	1%
Empréstimo	3.547.360,20	110.571,57	6%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	138.145,59	1,7%	0%
Depósitos a Prazo	1.178.364,38	2%	0,56%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, nas mesmas condições observadas para todos os associados, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas
Desconto de Cheques	4,50% a.m.
Empréstimos	1,76% a.m.
Aplicação Financeira - Prê Fixada	0,60% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	88,92% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
Empréstimos e Financiamentos	8,13%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,03%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	494.670,64

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(72.000,00)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(486.341,06)
Encargos Sociais	(88.666,67)

23. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E ENSINO SUPERIOR E DOS ADVOGADOS PÚBLICOS, DEFENSORES PÚBLICOS E DELEGADOS DA POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SICOOB JUDICIÁRIO - SICOOB JUDICIÁRIO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB PLANALTO CENTRAL, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB PLANALTO CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB JUDICIÁRIO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB PLANALTO CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB PLANALTO CENTRAL:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	27.452.253,36	32.644.527,13
Investimentos	11.164.349,50	8.740.955,33
Passivo		
Obrigação por Empréstimos e Repasses	14.129.119,15	13.601.899,31

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5. Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	10.197.153,45	11.043.560,80
Ativos Ponderados por Risco - RWA	58.394.697,77	55.450.797,80
Índice de Basileia	17,46%	19,92%

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	-	386.317,88	-	375.500,38
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	4.997,37	-	4.997,37
TOTAL	-	391.315,25	-	380.497,75

PIS e COFINS – Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB JUDICIÁRIO**, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.



Miguel Ferreira de Oliveira
Diretor Presidente



Marcos Degrazia Campedelli
Diretor Financeiro



Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534